

EDUCAÇÃO E SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO PARANÁ NOS ANOS DE 1920

EDUCATION AND HEALTH IN STUDENTS' EDUCATION IN PARANA IN THE 1920S

EDUCACIÓN Y SALUD EN LA FORMACIÓN DE LOS ESTUDIANTES DE PARANÁ EN
LOS AÑOS DE 1920

Valquiria Elita Renk

Mestre e Doutora em Educação. Professora Titular da PUCPR. Ministra aulas no Programa de Pós Graduação em Bioética na PUCPR

RESUMO

A educação e a saúde foram consideradas as molas propulsoras do progresso e inseridas numa proposta mais ampla de redimir a nação e consolidar a República nas primeiras décadas do século XX. Objetiva-se neste artigo discutir as políticas de saúde e higiene no espaço escolar, neste período, no Paraná. A escola passou a ser concebida como o centro irradiador das mudanças dos hábitos da população. As fontes de pesquisa são: a Revista O Ensino (1920-1924), os Relatórios de Governo (1920-1924), que trazem os registros dos discursos dos médicos e das autoridades, sobre a educação e saúde, para os professores nas escolas do Paraná. O aporte teórico da História Cultural no diálogo teórico com Foucault (2002), Chartier (1990), Vidal (2005) orienta a análise do corpus documental. O discurso médico escolar delineava as práticas para proteger e cuidar dos alunos das escolas primárias, estabelecendo nova conformação para o espaço escolar. A missão do professor passou a ser a de auxiliar a estas práticas no seu fazer pedagógico e os ditames da higiene eram enunciados como verdades validadas para todos. No período em análise, a atenção e vigilância dos professores estavam em fiscalizar, examinar e ensinar os cuidados pessoais, a higiene, a alimentação, debelar e prevenir os vícios e ensinar o amor ao trabalho.

Palavras chave: Educação. Saúde. Medicina escolar. Higiene, Bioética.

ABSTRACT

Education and health were considered the driving forces of progress and inserted in a broader proposal to redeem the nation and consolidate the Republic in the first decades of the twentieth century. The aim of this paper is to discuss the health and hygiene policies in the school environment, during this period, in Parana. The school came to be conceived as a radiating center of the population's habit changes. The research sources are: Teaching Journal (1920-1924), the Government Reports (1920-1924), which bring the speech records of doctors and authorities on education and health, for teachers in the schools of Parana. The Cultural History theoretical framework in the theoretical dialogue with Foucault (2002), Chartier (1990), Bourdieu (2007), Vidal (2005) guides the documentary corpus analysis. The school medical discourse outlined the practices to protect and care for the students in primary schools, establishing a new structure for the school environment. The teacher's mission became to help these practices in their pedagogical practice and the hygiene precepts were set out as truths validated for everyone. In the period under review, the teachers' attention and vigilance were to audit, examine and teach personal care, hygiene, meals, to eradicate and prevent addictions and teach the love to work.

Key words: Education. Health. School Medicine. Hygiene, Bioethics.

RESUMEN

La educación y la salud fueron consideradas los resortes propulsores del progreso e insertadas en una propuesta más amplia de redimir la nación y consolidar la República en las primeras décadas del siglo XX. Este artículo pretende discutir las políticas de salud e higiene en el espacio escolar, en este período, en Paraná. La escuela pasó a ser concebida como el centro de irradiación de los cambios de hábitos de la población. Las fuentes de la investigación son: la Revista O Ensino (La Enseñanza) (1920-1924), los Informes del Gobierno (1920-1924), que traen los registros de los discursos de los médicos y de las autoridades, sobre la educación y salud, para los profesores en las escuelas de Paraná. El aporte teórico de la Historia Cultural en el diálogo teórico con Foucault (2002), Chartier (1990), Bourdieu (2007), Vidal (2005) orienta el análisis del corpus documental. El discurso médico escolar delineaba las prácticas para proteger y cuidar de los alumnos de las escuelas primarias, estableciendo nueva conformación para el espacio escolar. La misión del profesor pasó a ser la de auxiliar a estas prácticas en su quehacer pedagógico y los dictámenes de la higiene eran enunciados como verdades validadas para todos. En el período en análisis, la atención y vigilancia de los profesores estaban en fiscalizar, examinar y enseñar los cuidados personales, la higiene, la alimentación, reprimir y prevenir adicciones y enseñar el amor al trabajo.

Palabras clave: Educación. Salud. Medicina escolar. Higiene, Bioética.

INTRODUÇÃO

A educação e a saúde tinham a missão de redimir a nação e consolidar a República, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil. A partir dos anos 1910, os cuidados com a saúde do povo brasileiro passaram a compor as discussões sobre a formação da nação brasileira incluindo as políticas educacionais.

Neste artigo objetiva-se analisar o discurso governamental sobre a importância da educação e da saúde na formação da população paranaense, manifestado na 'Revista O Ensino', nas primeiras décadas do século XX. A saúde e a educação foram consideradas as molas propulsoras do progresso e, portanto, consolidaram-se como objeto das políticas públicas para a infância. Acabar com o analfabetismo e levar a saúde tornaram-se sinônimo de levar o processo civilizatório e as luzes do saber a todos os cantos do estado, especialmente aos caboclos e sertanejos.

Inicialmente deve-se considerar que o Paraná acolheu milhares de imigrantes europeus, desde o século XIX, portanto, grande maioria da sua população era composta por descendentes destes imigrantes. A imigração de europeus no Paraná era para substituir as "classes baixas", com seus costumes representativos da barbárie (PEREIRA, 1996, p. 91). Isto denota que a questão racial trazia a

representação do imigrante que iria tonificar o organismo nacional. Nilo Odália (1997) afirma que o branqueamento da população brasileira caracterizava-se pelo ideal de uma população branca e europeia como representação do trabalho e da civilização. No período em análise, a atenção e vigilância das autoridades estavam em ensinar os cuidados pessoais com a boca, os piolhos e as mãos, e também a sexualidade recebia atenção especial, pois a sífilis era um problema de saúde individual e pública. Também se tornaram objeto das políticas o álcool, tabagismo e os vícios, que degradavam os valores morais e deveriam ser prevenidos e debelados pela escola. No campo teórico e político teorias eugênicas e de branqueamento da população brasileira espaço no Paraná, no início do século XX, com a pretensão de melhorar a constituição física e mental da população (BERTUCCI, 2007; MARQUES, 1994; SCHWARCZ, 1993).

As fontes de pesquisa são a Revista O Ensino (1920-1924), publicada pela Inspeção Geral de Ensino, era direcionada aos professores da rede pública de ensino e os Relatórios de Governo (1920-1924). Os documentos oficiais trazem o olhar do governo para a educação e saúde e uma justificativa para a sua normatização. Os materiais educativos (O Ensino) podem ser considerados como dispositivos educativos na medida em que contribuem para ensinar e criar novos hábitos. O cotejamento das fontes possibilitará compreender as ações pela saúde, promovidas pelo Estado, em diferentes momentos históricos, com permanências e mudanças. O corpus documental será analisado sob os aportes teóricos da história cultural.

As práticas pedagógicas executadas no interior da escola podem ser interpretadas com base na análise das fontes empíricas que permitem conhecer como eram as 'formas de fazer' no espaço escolar. O aporte teórico da História Cultural orienta a análise do corpus documental através das falas dos médicos, dos pedagogos e das autoridades de ensino. Neste sentido se estabelece o diálogo teórico com Chartier (1990), para compreender o conceito de representação, com Bourdieu (2007) para compreender as ações do Estado sobre os sujeitos e com Foucault (2002) na discussão sobre as biopolíticas.

Educação e saúde para regenerar a nação

Desde o fim do século XIX e início do século XX discutia-se na Europa e América do Norte a saúde individual e coletiva, através do movimento higienista (SOARES, 2001) ou movimento sanitarista (HOCHMAN, 1998). O movimento sanitarista,

[...] conseguiu interferir na situação da saúde em numerosas cidades do mundo, por meio de legislação e grandes obras de engenharia civil. Seus êxitos para diminuir a tuberculose e, sobretudo, fazer desaparecer os surtos epidêmicos de cólera, contribuíram para criar a primeira época dourada da saúde pública. Nessa época foram fundadas as primeiras instituições universitárias, indicados responsáveis por saúde em regiões administrativas e também surgiram as primeiras sociedades científicas (SANTOS;WESTPHAL, 1999, p.3).

As propostas deste movimento estavam na defesa da saúde e educação pública, no ensino de novos hábitos higiênicos e tinha como pressuposto valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação (RABINBACH, 1992). Neste sentido, ganhava força a idéia de que um povo educado e com saúde era a principal riqueza da nação.

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a saúde, como política higienista estava voltada para curar os males físicos e sociais e regenerar a nação, associadas às políticas eugênicas e cívicas, envolvendo médicos e professores numa ‘cruzada’ para moldar o cidadão nacional, a começar pela infância. As políticas de eugeniização e homogeneização da população brasileira após os anos 1910 buscavam ‘branquear’ os costumes, regenerar e revigorar o corpo objetivando a formação do cidadão nacional forte, saudável e apto para o trabalho (MARQUES, 1994; BERTUCCI, 2007; SOARES, 2001). A educação e saúde adquiriam o status de sanear a nação. Neste sentido, nos anos de 1920, a elite intelectual brasileira adotou a noção de que o ‘branqueamento’ da população era possível, pois, se a degeneração era adquirida, portanto era remediável. Os indivíduos podiam escapar

da categoria social de negritude por meio da melhoria da saúde, da educação e da cultura (DÁVILA, 2006).

A preocupação com a saúde social, individual e coletiva fez da escola o espaço por excelência da ação do Estado para a formação do cidadão. Os primeiros serviços de saúde escolar foram criados em Bruxelas (1874), Paris (1879), Japão (1903). Posteriormente foram incorporados em outros países e no Brasil, no atendimento aos alunos, nas especificações da arquitetura e mobiliário escolar para atender os preceitos de ergonomia e higiene, na avaliação e complementação nutricional e na triagem dos problemas de visão (SANCHO RAMIREZ, 1981).

O movimento pró-saúde na educação brasileira acompanhou as tendências mundiais de controle e fiscalização, para evitar que as doenças contagiosas alcançassem o ambiente escolar, com a inspeção e fiscalização escolar, sendo parte de uma política mais ampla de enquadramento das camadas populares (IERVOLINO, 2000). Pode-se argumentar que no Paraná, a encontram-se registros da atenção com a saúde da população, desde o ano de 1911, com a publicação do almanaque “Casa do Lavrador”. Esta publicação circulou por poucos anos, com o patrocínio do governo estadual, com artigos sobre a agropecuária, o ensino agrícola e também lições sobre cuidados infantis, intituladas “O que as mães devem saber”. Cada edição publicava um artigo sobre os cuidados com a higiene e alimentação infantil. A Revista O Ensino (1920-1924), voltada aos professores, circulou com o patrocínio oficial, trazendo artigos sobre higiene, saúde na escola, civismo e metodologias de ensino, que eram assinados por intelectuais, autoridades de ensino e médicos.

O espaço escolar tornou-se o ‘laboratório’ de formação dos futuros cidadãos. A escola, por sua vez, incorporou o discurso médico higienista/sanitarista e implementou medidas que acreditava formariam o cidadão saudável, sem vícios e nacional, tais como serviço de inspeção médico escolar, a vigilância dos aspectos físicos e higiênicos dos prédios escolares, a vigilância aos estudantes por meio dos exames antropométricos, exames fisiológicos e exames físicos (MARQUES, 1994). Foucault (1983) analisa que a escola tornava-se uma espécie de ‘aparelho de exame ininterrupto’ aliando as técnicas do exame pedagógico às técnicas do exame de saúde,

reforçando as técnicas de hierarquia que estabelece vigilância àquelas da sanção normatizadora. A antropometria e a psicométrica se constituíram nas ciências “por excelência da educação e as fichas e os exames antropométricos, junto com as cadernetas sanitárias, no instrumento a partir do qual se tom a toda e qualquer decisão sobre o futuro do escolar” (BAÑUELOS, 2000, p. 76).

Através do Serviço Médico Escolar, os médicos trabalhavam em ações preventivas e profiláticas, para combater as moléstias e estimular bons hábitos de vida. No sentido eugenista-higienista, a saúde era pensada em termos físicos, mentais e morais. Os médicos defendiam que o povo deveria ser informado, e salvo da ignorância, assim como deveria haver a incorporação de hábitos e práticas de vida saudáveis (STEPHANOU, 1998). A educação em saúde objetivava o desenvolvimento da raça sadia, a partir do disciplinamento da infância, corrigindo desvios de condutas. Nesta perspectiva, médicos, professores, enfermeiros, dentistas e outros tinham a missão de higienizar e moralizar individualmente cada sujeito e também a cidade, em uma perspectiva civilizatória.

A Redenção dos caboclos do Paraná pela saúde

No período em análise, a população brasileira era vista como signo da “doença, do vício, da falta de vitalidade [...]. O trabalho é nessas figurações elemento ausente da vida nacional” (CARVALHO, 1989, p. 10). As representações dos trabalhadores nacionais eram associadas à indolência, “o caipira, se não anda nas suas aventurosas excursões, encontrá-lo-eis sentado à porta do lar, fumando seu cigarro de fumo mineiro e olhando seu cavalo que ruminava tão preguiçoso como ele, a grama da estrada” (ZALUAR, 1975, p. 42). Para Chartier (1990, p. 17) “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”. O caboclo ou sertanejo do Paraná, era representado como um sujeito que morava num rancho de sapé, segregado do mundo civilizado, dominado pelas superstições,

tímido, usava linguagem com muitos erros e doente (O ENSINO, 1924, p 3 e 4). Assim, era necessário formar “o cidadão saudável, desde o caboclo do litoral até o colono do interior”, no dizer do Inspetor de Ensino (1920, p. 223).

O caboclo é um infeliz porque é um doente. Assisti-lo é acompanhar passo a passo a marcha de sua enfermidade até della se ver livre definitivamente. Sem uma assistência, pois, material e moral, difícil sinão impossível, será sanear as regiões do littoral. (PARANÁ, 1923, p. 20 – grafia original).

A semelhança de Jeca Tatu, descrito na literatura, o caboclo do Paraná poderia ser regenerado pelo conhecimento e pela saúde. “Si um dia fossemos procurar o caboclo que a nossa incúria e, - porque não dizel-o – a nossa incompetência afasta da marcha segura de nosso progresso, e o catechisassemos para o sol da nossa civilização, veríamos como andaríamos acertados” (PARANÁ, 1923, p. 23 – grafia original). Para combater esta a situação, a escola deveria fazer seu trabalho de fazer nascer “a tradição agrícola e o prestígio pelo trabalho na roça” (O ENSINO, 1924, p. 4), através de escolas aparelhadas. Ante isso, caberia ao Estado levar a luz da civilização para não perpetuar a ignorância, pois “[...] o povo ignorante é como o cego que tactea [...] Temos pois razão para crermos no futuro da infância (PARANÁ, 1921, p.6- grafia original).

O modo de vida do caboclo ou sertanejo¹ não era um exemplo a ser seguido. O governo chamava a atenção para que os professores normalistas, depois de muitos anos de trabalho no interior, perdiam o vigor ao trabalho, tornando-se “verdadeiros sertanejos” (PARANÁ, 1921, p. 23 e 23). Argumentava o governo que era necessário levar ao sertão escolas bem aparelhadas, pois o sertanejo não era refratário e faria o Paraná grande e próspero (O ENSINO, 1924, p. 5-7).

¹ Os documentos oficiais usam os dois termos: caboclo e sertanejo, para designar as populações rurais.

Século XX – A importância da escola para levar as luzes e o progresso

Nas primeiras décadas do século XX, os debates sobre a formação do cidadão nacional envolviam os políticos e os intelectuais. Lourenço Filho, educador e intelectual, ao discursar na abertura da VII Conferência Nacional de Educação, afirmava que ‘dez anos passados, nada abala nossa fé na educação, como instrumento indispensável ao progresso social do país (LOURENÇO FILHO, 1935, p. 22). Vários intelectuais movidos pelo ‘entusiasmo pela educação’, acreditavam na escola como “a base da organização social, portanto o primeiro problema nacional; a difusão da instrução é a chave de todos os problemas sociais, econômicos, políticos e outros” (NAGLE, 1977, p. 263). Neste sentido, a falta de educação, de saúde e do sentimento de brasilidade, se constituía em grandes problemas nacionais. Tornava-se urgente redimir o Brasil pela educação e saúde (CARVALHO, 1997, LIMA & HOCHMAN, 1996). Cabia à escola a incumbência de formar o cidadão nacional saudável, com bons hábitos, livre de vícios e com o sentimento de pertencimento à nação (sentimento de brasilidade) (BENCOSTTA, 2005; VIDAL, 2005).

A alfabetização do povo era considerada, uma ‘santa cruzada’ (PARANÁ, 1920, p. 4), uma luta, vencer as trevas da ignorância pelas autoridades de ensino. “Combater, atacar com ancia o analphabetismo é grande e notável serviço democrático. Obscurantismo e Republica são ideas que se repellem” (O ENSINO, 1924, p. 35 – *grafia original*). A escola representava as luzes do progresso e a modernidade.

Os povos modernos adiantaram-se dos antigos em todos os surtos do progresso, porque abrindo de par em par as portas de suas escolas, fundiram almas da noute para o dia, com outros ideaes e energia diversas. (PARANÁ, 1921, p. 47-48 – *grafia original*).

Mas, seria necessário [...] lphabetizar, alphabetizar sempre – tal é o lemma de nossas casas de ensino (PARANÁ, 1921, p. 48 – *grafia original*). A disseminação do ensino público era anunciada como sinônimo de modernidade e acabar com o

analfabetismo não era tarefa fácil, pois seria necessário remodelar o aparelho estatal de ensino, ampliar o número de escolas e garantir seu funcionamento ininterrupto.

Toda essa campanha que se aviva na imprensa para que o Brasil se redima do analfabetismo, verdadeira praga que nos impede do progresso [...] É preciso alimentar essa chama até que os homens públicos compreendam que muita cousa se desperdiça em prejuízo da educação popular (PARANÁ, 1920, p. 13- grafia original).

Neste sentido, a ação fiscalizadora do Estado deveria garantir “o bom êxito da campanha contra o analfabetismo e exigir que as escolas se conservem abertas a fim de receber todos quantos dellas necessitem e que do trabalho ininterrupto do mestre resulte a maior somma de benefícios” (PARANÁ, 1921, p. 45 – grafia original)

A infância era considerada como a depositária do futuro pelas autoridades de ensino e a escola era o espaço por excelência da formação moral e cívica.

A infância de hoje muito pode confiar na acção bemfazeja da escola publica primária, guiada para os melhores destinos, entregue a mais nobre e útil das missões, pois não só prepara as gerações do porvir para que possam com mais intelligencia empregar o trabalho honesto, mas ainda incute-lhes deveres e direitos cívicos e sociaes (PARANÁ, 1921, p. 5 – grafia original).

O investimento em escolas primárias representava a garantia de um futuro melhor para o país consolidando a República. A escola quitaria sua dívida com o passado, investindo na alfabetização e na escolarização. Neste aspecto cabe destacar a importância do professor frente a esta missão, como um anunciador pedagógico.

O fim do ensino gratuito é favorecer o povo, dando-lhe educação e os meios de se armar para a grande lucta pela vida. Quando o povo não recebe instrucção, ao em vez de ser o orgulho e a garantia da Nação, é a sua vergonha e o maior entrave ao seu progresso (PARANÁ, 1921, p. 43 – grafia original).

O analfabetismo era considerado uma vergonha para a consolidação da nação, dialoga-se com Norbert Elias, de que o processo civilizador precisa do

“aumento do patamar de vergonha e o cultivo de sentimentos que o despertem estão no cerne do processo civilizador (ELIAS, 2011, p. 139). O autor ainda analisa que à medida que o controle social se torna mais rigoroso e desenvolve seu aparelhamento técnico, consolida novos hábitos, reforçando-os, reproduzindo-os e disseminando-os, justificando-se assim a importância e necessidade de educar. No Paraná, nos anos de 1920, foram instituídas medidas de fiscalização e controle estatal das atividades pedagógicas dos professores por meio da Inspeção de Ensino. Criou-se uma forma de fiscalização e vigilância das ações dos professores e da comprovação do cumprimento da legislação, através das visitas dos Inspectores de Ensino às escolas, do preenchimento de formulários pelos professores e também através das estatísticas escolares (RENK, 2014). Estes documentos dariam credibilidade à política de educação que estava sendo implantada, lembrando que o Estado reivindica para si o “monopólio legítimo da coação física para realizar as ordens vigentes” (WEBER, 1991, p. 34).

A escola primária foi considerada como o lugar ideal para a formação de sujeitos saudáveis, higiênicos e educados e nacionais (MARQUES, 1994). A escola efetuaria o progresso, trabalhando com valores morais, cívicos e incentivando o trabalho.

Educação em saúde

Nas escolas do Paraná, a educação em saúde deveria ser ministrada através de conselhos, lições sistematizadas e linguagem adequada, de forma que as crianças levassem aos lares as boas novas e mudassem de hábitos. O professor deveria dar o exemplo, servir de mestre para os estudantes. Caberia ao professor inquirir, examinar e ensinar sobre os benefícios da saúde, “catequisar seus alunos” (O ENSINO, 1924, p. 70) O professor tinha a importante missão de difundir o saber e também combater as doenças, decorrentes do meio ambiente ou do modo de vida, de forma profilática.

A escola, por seu professor, deve constituir-se um meio auxiliar no serviço da prophylaxia. As lições sobre ancylostomose, a malária, a

tuberculose e outras doenças devem tomar um aspecto sério e eminentemente prático. A criança deve ter uma idéia muito clara do que sejam esses males e dos meios ao seu alcance para prevenilos ou curalos (PARANÁ, 1923, p. 20 – grafia original)

Cada criança deveria internalizar as lições como uma catequese, internalizar novos valores, novos aprendizados sobre higiene e saúde para evitar os males sociais que levavam á morte. Neste sentido, Bourdieu; Passeron (1982) indicam que o trabalho de inculcação de valores deve durar o bastante para produzir uma formação durável, isto é “um habitus como produto da interiorização dos princípios de um arbitrário cultural capaz de perpetuar-se após a cessação da Ação Pedagógica e por isso de perpetuar nas práticas os princípios do arbitrário interiorizado” (p. 42). Portanto, mais do que conhecimentos escolares, a escola estaria desempenhando um grande papel social ao desenvolver os conceitos morais. De forma preventiva a escola deveria conduzir a criança a evitar certos males e modos de vida, que ultrapassavam as questões de saúde e eram sim questões sociais.

Era necessário conduzir a criança para a retidão moral, pois a “ociosidade conduz a infância a uma vida barulhenta nas ruas e nas praças, onde praticam desatinos e aprendem perversidades. Devemos convir que a vadiagem é um grande mal do nosso povo” (PARANÁ, 1921, p. 26). A escola teve importante papel neste processo, através das ações pedagógicas, de construir o sujeito saudável, trabalhador e moral. Neste sentido, também se pode discutir com Bourdieu (2007) sobre o papel do Estado na formação dos sujeitos, através das políticas educacionais. Para produzir corpos vigorosos, as aulas de exercícios ginásticos passaram a ser ministradas duas vezes por semana, com duração de 20 minutos. Os alunos passariam pelos exames médicos, aliando higiene e medicina no espaço escolar. Considerava o governo que “A educação physica é a base da educação moral e intellectual (PARANÁ, 1921, p. 58 – grafia original).

Mais do que ficar na retórica, o governo criou em setembro de 1920, o Curso Elementar de Higiene, com aulas teóricas e práticas, qualificar os professores das escolas públicas (ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1920, p. 144). Este Curso

tinha aulas teóricas e práticas, era gratuito e ministrado por médicos, com o objetivo de preparar os professores para serem os vigilantes da saúde e ministrar a mensagem da higiene (MARQUES; FARIAS, 2007, p. 128). O Curso foi freqüentado por 65 professores públicos, mas, 27 receberam o certificado de aproveitamento e freqüência. E mais, na matriz curricular da Escola Normal de Curitiba, os estudantes aprendiam Ciências Físicas, Naturais e Higiene (Decreto 135, de 1924). O governo entendia que tendo mestres habilitados para distinguir doenças contagiosas, reduziria a sua proliferação e contaminação, diminuindo o êxodo escolar. Os professores assim “poderiam propagar as ‘boas idéias’ dentre seus discípulos” (ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1920, n. 1, p. 145).

Era necessário que a saúde e a educação andassem juntas para vencer estes males e permitir que o progresso alcançasse a todos. No Paraná, a falta de escolas e de saúde era um problema registrado nos Relatórios de Governo, nos anos de 1920.

Dois problemas capitães exigem prompta solução no momento: a hygiene e a escola primária: deles depende o brilhante futuro do Brasil [...] A hygiene é condição de saúde e não pode haver escola productiva sem o vigor physico dos que a freqüentam. [...] Nunca podemos compreender a Hygiene separada da escola. Um povo ignorante não pode avaliar a gravidade dos males que o aflingem, nem como elles se originam, nem como se evitam, nem como se combatem (PARANÁ, 1923, p. 17 – grafia original).

Portanto, o governo insistia que a resolução destes dois problemas, alavancaria a produtividade e traria o progresso. Fica explícita na fala oficial, através do documento, a redenção pela saúde e escolarização. Assim, a medicina e a higiene ganham o espaço escolar, o discurso médico adentra os portões da escola para formar uma população saudável. A divulgação das ações e discursos médicos pode ser conhecida na Revista O Ensino, com inúmeros artigos em prol da educação sanitária, assinados por médicos, direcionados aos professores e alunos. No artigo intitulado ‘Organização sanitário escolar’, assinado pelo Dr. J.P. Fontanelle, ele descrevia como deveria ser organização deste serviço no espaço escolar, justificando a necessidade de médicos, enfermeiros, dispensários, classes ao ar livre

Revista Intersaberes | vol.11, n.22, p. 77 - 94 | jan.- abr. 2016 | 1809-7286

e também o ensino da higiene. Apregoava que além dos exames anuais, diariamente uma enfermeira e a professora deveria examinar a higiene dos estudantes e identificar parasitas (O ENSINO, 1924, p. 140-144).

Naquele período as epidemias de sarampo, varicela e escarlatina eram comuns no espaço escolar, assim, como as verminoses, a gripe e a anemia acometiam os estudantes. Para reverter esta situação, em 1921, foi criado no Paraná, o Serviço de Inspeção Médico Escolar, que deveria atender “[...] as escolas e grupos, examinando a miúdo seus alunos e professores” (PARANÁ, 1921, p. 24). Este Serviço Médico Escolar objetivava a melhoria da saúde, através de ações profiláticas e da medicina preventiva, orientadas pelos médicos no espaço escolar.

Os professores seriam os grandes arautos das luzes do saber, ensinariam com doçura e tenacidade, como apóstolos divulgando tão alta e patriótica missão de acabar com o analfabetismo e de transformar os modos de vida dos caboclos.

[...] é preciso que o professor se compenetre de seu verdadeiro papel. [...] ensine-o (caboclo) a conhecer-se physica e moralmente. Ponha-o a par das doenças que o enfraquecem. Mostre-lhe o mal que o alcool lhe proporciona, limpando-lhe os bolsos e enganando-o porque é um prazer estúpido, além de lhe entorpecer a intelligencia. Prove que o uso do calçado é uma das maiores necessidades. [...] O convença-o de que o trabalho bem dirigido, bem methodizado, contituido em habito, torna-se facil, suave e lucrativo ... prevenindo o dia de amanhã contra qualquer surpresa (PARANÁ, 1923, p. 24 – grafia original).

Assim, era fundamental que os professores abraçassem a causa da saúde escolar. Portanto, a eugeniização da população do Paraná foi pela adoção de medidas de saúde e de higiene (asseio do corpo e do vestuário, dos pés, mãos, boca, olhos etc.), livrando a população dos malefícios do álcool (PARANÁ, 1923). Tornava-se imperioso construir esse novo homem e à escola estava reservado um papel importante nos ensinamentos físicos, morais, intelectuais e de higiene. Este conjunto de ações implementadas pelo Estado, enquanto políticas de formação da população pelo Estado para a ‘melhoria’ da população, podem ser analisadas como biopolíticas. Foucault (2002, p. 154), analisa que o Estado por meio da biopolítica

controla os corpos sociais, normatiza e controla as ações e a “vida e seus mecanismos entram no domínio dos cálculos explícitos, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana”.

Neste processo, a medicina escolar adentrou o espaço escolar com força, forçando a adequação dos espaços arquitetônicos, o mobiliário escolar, a higiene do ambiente e a adequação na matriz curricular. O discurso médico ensinava aos professores e alunos os benefícios da higiene, da alimentação saudável, dos exercícios físicos e combatiam os males morais decorrentes dos vícios

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos oficiais que norteiam a educação no país são elaborados pelo Estado, que tem o controle sobre o que se ensina nos espaços escolares. O espaço escolar, no período em análise, tornou-se o ‘laboratório’ de formação dos futuros cidadãos. A escola, incorporou o discurso médico higienista/sanitarista e implementou medidas para a formação do cidadão saudável, tais como serviço de inspeção médico escolar, a vigilância dos aspectos físicos e higiênicos dos prédios escolares e a vigilância aos estudantes por meio dos exames antropométricos, exames fisiológicos e exames físicos. O discurso médico adentrou a escola através da fiscalização, esquadramento do espaço e dos corpos, acompanhados por exames, fichas, estatísticas e indicadores de saúde.

As fontes de pesquisa evidenciam os discursos oficiais normativos e algumas ações voltadas aos professores, objetivavam a redenção da nação pela saúde, higiene e civismo. A medicina escolar estava inserida em um projeto maior, que fazia parte da política de homogeneização e higienização da população. A escola, enquanto o espaço de difusão do saber, incorporou o discurso e as normativas da medicina escolar, ensinada pelos médicos e implementadas pelos professores. O movimento em prol da educação e da saúde, nas primeiras décadas do século XX, deveria regenerar a nação. A escola foi o espaço da ação estatal para a implantação dos serviços médicos de saúde, os professores eram os disseminadores das boas

novas que deveriam ser inculcadas nos estudantes, produzindo mudanças na cultura.

O conjunto das fontes documentais pesquisadas, foi um convite para pensar a importância das fontes para a historiografia da educação e também para entender o alcance das políticas de educação. No século XX a escola foi o espaço encontrado pelo Estado para a implementação das políticas nacionais de saúde, fato este que persiste no século XXI.

REFERÊNCIAS

BAÑUELOS, A. T. **La higiene escolar: um campo de conhecimento disputado**. Áreas: revista de Ciências Sociais, n. 20, 2000

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: Memória e cultura cívica dos grupos escolares em Curitiba (1903-1971). In. VIDAL, D. (org) **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In. DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (org) **Múltiplas faces do Educar: processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente**. Curitiba: Ed. UFPR, 2007, p. 115-124

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982

CARVALHO, M. M. C. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In. DE LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. da. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1977

_____. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

D'ÁVILA, J. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Unesp, 2006.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Vol. I: uma História dos Costumes. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011,

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **História da sexualidade**. São Paulo: Graal, 2002. v. 3.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**. São Paulo: Hucitec, 1998.

IERVOLINO, S. A. **Escola promotora da saúde: um projeto de qualidade** de vida. São Paulo: 2000. (Monografia. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo)

LIMA, N. T; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In. MAIO, M.C; SANTOS, R.V (org) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996

LOURENÇO FILHO, M.B. Discurso de abertura da VII Conferência Nacional de Educação. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7, 1935, Rio de Janeiro. **Anais.....** Rio de Janeiro: ABE, 1935

MARQUES, V.R.B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MARQUES, V.R.B; FARIAS, F.C.S.A. Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral": a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. In. **Educação em Revista** vol.26 no.1 Belo Horizonte Apr. 2010 (287- 302)

NAGLE, J. A educação na Primeira república; In; FAUSTO, B. (org). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Difel, 1977, t.2, v.-3 , p. 261-91

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo** - ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997

PEREIRA, M.R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

RABINBACH, Anson. **The human motor: energy, fatigue, and the origins of the modernity**. Los Angeles: University of California Press, 1992.

SANCHO RAMIREZ,F. **La medicina Escolar em el mundo**.Rev. Española de Medicina e Higiene Escolar ,1981; 35: 139-54.

SANTOS, J.L.F; WESTPHAL, M.F. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade. **Estud. av.** vol.13 no.35 São Paulo Jan./Apr. 1999

SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

STEPHANOU,M. Currículo escolar e educação em saúde.um pouco da história do presente.In MEYER , D.E.E (org). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOARES, C. L. **Educação física, raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados,2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1991.

ZALUAR, A. E. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: EDUSP, 1975.

DOCUMENTOS

REVISTA O ENSINO. Curitiba: Diretoria Geral de Ensino, anos 1920 - 1924.
ARQUIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1920, n. 1

PARANÁ. **Decreto n. 135** de 12 de fevereiro de 1924. Aprova o Regulamento das Escolas Normais Primárias. Diário Oficial do Estado do Paraná, 10 mar. 1924. Biblioteca Pública do Paraná - seção de documentos paranaenses.

PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1921.

PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1922

PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1923.

PARANÁ. **Relatório de Governo**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1924.